

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



Feminicídio e educação: notas de uma pesquisa de campo

Maria Aparecida Casagrande¹

Cidamaria.pcsc@gmail.com

Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc

Giani Rabelo²

gra@unesc.net

Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc

INTRODUÇÃO.

O presente trabalho se propõe apresentar reflexões iniciais sobre a pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação na Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC que tem como objetivo principal analisar os processos formativos vivenciados por mulheres vítimas de feminicídio, entre os anos de 2015 a 2020, na região do extremo sul do Estado de Santa Catarina.

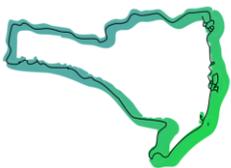
A pesquisa visa investigar o entrelaçamento entre as temáticas **feminicídio e educação**, compreendendo de modo plural e crítico a complexa relação de conjugalidade entre homens e mulheres e a partir disso, discutir as violências de gênero que são perpetradas e que podem se encerrar com a morte. Das tantas inquietações geradas a partir desta proposta de pesquisa, buscaremos ainda, responder as seguintes questões: O gênero como categoria de análise é uma categoria importante no debate sobre a violência contra as mulheres e o feminicídio? Quais as leis e as diretrizes nacionais que abordam a violência contra as mulheres e que atributos de gênero são empregados? Como os processos formativos, escolares e não escolares, podem colaborar para o enfrentamento às violências de gênero? Que marcadores interseccionais estão presentes nos perfis das vítimas do feminicídio e há relação destes com seus processos formativos? O feminicídio é uma morte anunciada e/ou uma morte evitável, a partir de ações educativas escolares e não escolares?

O Brasil é um país com altas taxas de violências contra as mulheres, o que se configura um endêmico problema social. O fenômeno da morte de mulheres por homens, pelo simples fato de serem mulheres, tem sido reconhecido pela academia há tempos, porém, a abordagem estatal a esse fenômeno somente passou a ocorrer, de forma mais relevante, a partir da década de 1990.

O feminicídio não é um problema apenas no Brasil. No mundo, mais de 66 mil mulheres são mortas anualmente. Dos 25 países com os mais altos níveis de feminicídio, 14 estão nas Américas. O Brasil é o quinto país mais perigoso para as mulheres, atrás da Rússia e de três países latino-americanos: El Salvador, Colômbia e Guatemala. A América do Sul é a segunda região mais perigosa para as mulheres, atrás apenas da África Subsaariana (Waiselfisz, 2015).

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação (Unesc). Mestre em Educação (Unesc). Professora do curso de Especialização em Gestão de Segurança Pública e Investigação Criminal Aplicada da Academia da Polícia Civil de Santa Catarina (ACADEPOL). Membro do grupo de pesquisa: História e Memória da Educação (GRUPEHME). Bolsista FUMDES/UNIEDU; cidamaria.pcsc@gmail.com

² Pós-doutora pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa; Pós-doutora em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Professora titular da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc). Professora permanente dos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS) e professora do Curso de Pedagogia e orientadora da pesquisa; gra@unesc.com



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



A Lei 11.340/2006 colocou em evidência a violência nas relações conjugais como efeito da assimetria das relações de poder oriundas da desigualdade de gênero. Por sua vez, a Lei 13.104/2015 que trata do crime de Femicídio foi promulgada, no Brasil, em março de 2015 e compreende como o aspecto extremo dessa desigualdade a morte de mulheres, por vezes, pode ser motivada por razões de gênero, ou seja, pelo menosprezo à condição de a vítima ser mulher.

O debate acerca dos feminicídios e das desigualdades de gênero denuncia a permanente instabilidade nas relações de gênero e aponta para a importância de articular esse fenômeno social à esfera educacional, a partir de diferentes perspectivas, dentre elas a da segurança pública. Entende-se que as discussões sobre as questões de gênero são importantes e urgentes no campo educacional, em razão das transformações e mudanças significativas que têm se dado nas práticas pedagógicas e sociais.

MATERIAIS E MÉTODOS.

Em levantamento nos dados do Setor de Estatísticas da Polícia Civil de Santa Catarina aferiu-se que, de 2015 a 2020, foram mortas 25 mulheres na região da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense, a AMESC. Dessas mortes, sete foram vítimas de feminicídios, cujos inquéritos policiais são objetos da presente pesquisa e, assim, serão submetidos à densa análise, caso a caso, na perspectiva das violências de gênero. Para essa análise dos inquéritos policiais foi necessário requerer autorização da Delegacia Geral da Polícia Civil³, a fim de se poder usar os dados desses documentos na pesquisa, tomando-se os cuidados éticos previstos nas pesquisas com seres humanos. Importante observar que referida pesquisa já tem parecer aceito pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unesc⁴.

A construção teórico-metodológica desta pesquisa circunscreve-se no campo da História da Educação, amparada pelos pressupostos teóricos dos estudos de gênero. A pesquisa é qualitativa, tendo como instrumentos de coleta dos dados os procedimentos policiais denominados inquéritos policiais que ensejaram a investigação de (07) sete crimes de feminicídios que ocorreram na região da AMESC (2015-2020), bem como o uso de entrevistas com a metodologia de história oral para compreensão do processo educacional das vítimas e suas trajetórias de vida.

Encontramos na metodologia de história oral possibilidades para ampliar o conhecimento do passado, em busca de vantagens, como menciona Alberti (2004, p. 22), sobre o “fascínio do vivido”, já que “a experiência histórica do entrevistado torna o passado mais concreto, sendo, por isso, atraente na divulgação do conhecimento” (Alberti, 2004, p. 22).

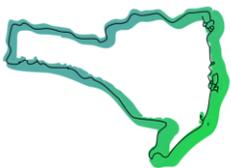
A partir da análise documental dos sete inquéritos policiais instaurados na região da AMESC para investigação dos crimes de feminicídio, nosso itinerário segue com entrevistas com familiares próximos das vítimas de feminicídio desta pesquisa, ressaltando que manteremos o anonimato tanto das vítimas quanto dos familiares selecionados para entrevistas e que as pessoas a serem entrevistadas assinam termo de consentimento livre e esclarecido. Todos os sete feminicídios, ora selecionados para a pesquisa, são casos sensíveis e que requerem um cuidado extremo para não vitimizar e não gerar ainda mais aflição às pessoas que sofreram com as perdas familiares.

RESULTADOS.

Por ora, cabe-nos informar que o estudo em questão teve início em setembro de 2021 e que a pesquisa documental já está concluída e as entrevistas estão em andamento. Pretende-se com este estudo contribuir com as discussões relativas à educação e à segurança pública e fomentar o enfrentamento às violências contra as mulheres no âmbito escolar a fim de beneficiar, de alguma forma, mulheres em situação de violência. Cabe sinalizar que nas análises documentais dos inquéritos policiais foi possível constatar que há lacunas em relação aos dados dos processos formativos das vítimas, bem como de outras questões atinentes ao objeto desta pesquisa, por isso a importância de cotejar as informações que estão sendo coletadas nas entrevistas com os familiares. As entrevistas estão em andamento. Até o

³ A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina é dirigida pelo Delegado Geral de Polícia e desenvolve os serviços públicos da sua competência, através das Delegacias de Polícia..

⁴ Parecer Consubstanciado do CEP n. 5.821.121, em 16 de dezembro de 2022.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



momento, duas entrevistas com familiares já foram realizadas e a etapa seguirá com as outras cinco pessoas. Após a conclusão da realização das entrevistas, será o momento da transcrição delas, sem interferência nas falas coletadas, apenas a realização de limpezas quanto aos vícios de linguagens, ou pequenos ajustes gramaticais, a fim de não prejudicar o texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O presente texto trouxe uma breve reflexão sobre uma pesquisa de doutorado em andamento que analisará os processos formativos de mulheres vítimas de feminicídio, a fim de compreender suas trajetórias de vida e aproximando-se de discussões sobre o enfrentamento da violência de gênero nos ambientes educativos. Esse percurso de pesquisa já realizado tem reafirmado a importância da compreensão das formas de enfrentamento das violências contra mulheres que entrelaçam os campos da segurança pública e da educação.

Assim, a reflexão que permeia o presente estudo é sobre a possibilidade de se pensar em formas de enfrentamento de mortes de mulheres, vítimas de feminicídio no Estado de Santa Catarina que possam diminuir os índices e sejam mediadas pelo entrelaçamento das instâncias educacionais com as de segurança pública.

Defendemos que a segurança pública se faz em articulação com políticas públicas na área da educação voltadas às questões sociais, de saúde e de lazer, uma vez que proteção e prevenção somente são possíveis, pela atuação em rede. Assim, a fonte de dados que resultará dessa pesquisa poderá beneficiar os profissionais que atuam na rede de proteção, tornando a percepção da violência mais acurada e possibilitando uma intervenção.

É importante salientar que as violências de gênero são construídas historicamente nos diversos contextos institucionais e na convivência em sociedade. Assim, a ruptura das práticas violentas que promovem os seus enfrentamentos deve ou deveria ocorrer também no âmbito doméstico, nas instituições e em todo o processo educativo, reposicionando as relações sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Feminicídio. Gênero.

AGRADECIMENTOS: **Grupehme** - Grupo de pesquisa de História e Memória da Educação que faço parte desde 2011 e ao Programa de bolsa do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior - **FUMDES/UNIEDU** – do qual sou Bolsista.

Referências.

- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BRASIL. Lei 11.340, de 7 de março de 2006.. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em 05 de maio de 2023.
- BRASIL. Lei 11.340, de 7 de março de 2006. Brasília: Senado, 2006. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm> Acesso em 17.08.2021.
- BRASIL. Lei 13.104, de 5 de março de 2015.. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm. Acesso em 05 de maio de 2023.
- WASELFISZ, J. J. (2015) **Mapa da violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil**. Brasília, DF. Disponível em: https://flacso.org.br/files/2015/11/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em 22 abr. 2022.